

**OSWALDO ARANHA: PRÁTICA E PENSAMENTO
DIPLOMÁTICO ENTRE 1945 E 1960**

**OSWALDO ARANHA: DIPLOMATIC PRACTICE AND
THINKING BETWEEN 1945 AND 1960**

Daniel Costa Gomes (UnB)
gomes.danielcosta@gmail.com

Resumo: O presente trabalho objetiva analisar a atuação e o pensamento diplomático de Oswaldo Aranha entre 1945 e 1960. Contribui, assim, para o preenchimento de lacunas existentes na historiografia das relações internacionais brasileiras, já que a atuação internacional de Oswaldo Aranha analisada é, essencialmente, a de sua gestão como chanceler, entre 1937 e 1944. Para tanto, são escrutinados cinco episódios que correspondem a cinco seções específicas do artigo. Esses episódios referem-se, respectivamente, ao alinhamento com os Estados Unidos, à ruptura das relações com a União Soviética, à oposição à República Popular da China, à posição do Brasil frente ao movimento de descolonização e à retomada de relações comerciais soviético-brasileiras. Igualmente, a análise desses episódios fornece uma variável teste para os conceitos de "alinhamento sem recompensas" e "avanços e recuos", que correspondem a chaves interpretativas de Gerson Moura para a política externa dos governos Dutra (1946-1950) e Kubitschek (1956-1960), respectivamente. Conclui-se que a análise proposta relativiza o primeiro conceito e confirma o segundo.

Palavras-chave: Oswaldo Aranha. Prática e pensamento diplomático. Conceitos de política externa brasileira.

Abstract: This paper aims to analyze the diplomatic practice and thinking of Oswaldo Aranha between 1945 and 1960. Thus it contributes to fill gaps in the historiography of Brazilian international relations, since Oswaldo Aranha's international practice most analyzed refers to the period when he was Minister of Foreign Relations, between 1937 and 1944. For this, five episodes are investigated, corresponding to five specific sections of the paper. These episodes respectively refer to the alignment with the United States, to the relations with the Soviet Union, to the opposition against the People's Republic of China, to the Brazilian position regarding the decolonization movement, and to the re-establishment of Brazil-Soviet Union trade relations. In addition, the analysis of these episodes provides a test variable for the concepts of "alignment without rewards" and "advancement and retrogression", which correspond to Gerson Moura's interpretative keys to the foreign policy of Dutra (1946-1950) and Kubitschek (1956-1960), respectively. In conclusion, this paper relativizes the former concept and confirms the latter.

Key-words: Oswaldo Aranha. Diplomatic practice and thinking. Concepts of Brazilian foreign policy.

Recebido: 19/11/2015

Aprovado: 12/01/2016

Introdução

Oswaldo Aranha foi quase onipresente na política nacional entre as décadas de 1920 e 1950. Direta ou indiretamente, esteve envolvido nos principais eventos desse período. Um dos líderes da Aliança Liberal, foi a "estrela da revolução" em 1930. (CAMARGO; ARAÚJO; SIMONSEN, 1996), chefiando o Ministério da Justiça do Governo Provisório. Em 1931, assumiu o Ministério da Economia, com apenas 37 anos, em um contexto de crise da dívida externa, de sensível redução nas

receitas das exportações nacionais, de reformulação da política cambial. Em 1934, foi nomeado embaixador em Washington, onde cultivou uma ampla rede de contatos, na qual se incluía o presidente Roosevelt. Em 1938, tornou-se ministro das Relações Exteriores e logo teria pela frente a Segunda Guerra Mundial.

Após a renúncia de Getúlio Vargas, em 1945, Eurico Dutra venceu as eleições presidenciais. Mesmo tendo apoiado o candidato opositor (LOCHERY, 2015), Oswaldo Aranha foi reconhecido pelo governo Dutra como o representante natural do Brasil na ONU, em 1947. Aí, notabilizou-se por sua participação no processo de divisão da Palestina, pelo que, até hoje, recebe homenagens nacionais e é considerado o "maior diplomata brasileiro" (RABETTI, 2015) por israelenses.

Para além da questão Palestina, Aranha ganhou destaque, na ONU, pela defesa do desarmamento e do papel dessa instituição na promoção de uma sociedade internacional mais pacífica e fundada sobre o Direito das Gentes, sendo cotado para o Nobel da Paz, em 1947 (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2001). Essa, inclusive, foi a segunda indicação de Oswaldo Aranha para o Nobel da Paz. A primeira fora em 1934, por sua atuação no caso Letícia (MROS, 2011).

No retorno de Vargas à Presidência – agora pelos "braços do povo" –, Aranha retornou ao Ministério da Fazenda, em 1953. Já no governo de Juscelino Kubitschek, chefiou, novamente, a delegação brasileira nas Nações Unidas, em 1957, onde testemunhou a emergência dos movimentos nacionalistas afro-asiáticos.

Como se vê por esse relato breve e incompleto, foi fecunda a atuação política de Oswaldo Aranha nacional e internacionalmente. Isso justifica o primeiro objetivo (secundário) do presente artigo, nomeadamente apresentar, com base em fontes secundárias e primárias, a atuação e o pensamento diplomático de Oswaldo Aranha após 1945.

A escolha desse período justifica-se pela escassez de trabalhos específicos. Em sua larga maioria, a atuação internacional de Oswaldo Aranha analisada é a do período em que ele foi ministro das Relações Exteriores, entre 1937 e 1944. A relevância do cargo e a importância da Segunda Guerra Mundial explicam esse virtual monopólio analítico. Todavia, negligenciar a atuação diplomática de Oswaldo Aranha após 1945 é deixar uma lacuna na própria evolução do pensamento diplomático nacional.

A lacuna a se preencher é o fato de que as análises sobre a atuação de Oswaldo Aranha nesse período se enquadram, quase que exclusivamente, em duas categorias: ou estão dispersas em biografias, que expõem períodos e temáticas muito mais amplos; ou abordam a participação de Oswaldo Aranha na questão da divisão palestina (SNETSINGER, 1974; SANTOS, 2000; GONZAGA, 2008; LEWIN, 2009), que, por esse motivo, não será analisada no presente artigo.

Assim, objetiva-se, primeiramente, sintetizar a atuação diplomática de Oswaldo Aranha após 1945, em um artigo específico de história da política externa brasileira.

Posteriormente, o segundo objetivo (principal) deste artigo decorre da análise dessa atuação. A interpretação analítica do pensamento e da prática diplomática de Oswaldo Aranha no período posterior a 1945 fornece uma variável teste para as chaves interpretativas de Gerson Moura para a política externa dos governos Dutra (1946-1950) e Kubitschek (1956-1960). Dessa forma, a presente análise refutará ou confirmará, total ou parcialmente, os conceitos de "alinhamento sem recompensas" (MOURA, 1991a) e "avanços e recuos" (MOURA, 1991b), que caracterizam, respectivamente, a diplomacia dos presidentes Dutra (1946-1950) e Kubitschek (1956-1960).

Para a consecução desses objetivos, serão apresentados cinco episódios específicos, que corresponderão, respectivamente, a cinco seções deste artigo. Posteriormente, na conclusão, esses cinco episódios serão analisados como testes para os conceitos de "alinhamento sem recompensas" (MOURA, 1991a) e "avanços e recuos" (MOURA, 1991b).

1. As relações entre Estados Unidos e Brasil no pós-1945

O mundo que nasce com o fim da Segunda Guerra Mundial é profundamente diferente, constituindo uma "ruptura capital na história da humanidade" (VAÏSSE, 1991, p. 5). Deu-se o fim da preponderância europeia e iniciou-se a era das superpotências mundiais, Estados Unidos e União Soviética. Por esse motivo, fala-se em "um novo tempo nas relações internacionais" (SARAIVA, 2008, p. 188). Esse contexto de fundação de uma nova ordem global exigiu do Brasil, conseqüentemente, a formulação de uma nova política externa.

A principal marca da nova política externa brasileira, segunda a interpretação vigente, foi a estreita vinculação político-militar com os Estados Unidos (BUENO; CERVO, 2008). Por esse motivo, essa é a fase aguda do "alinhamento", segundo o conceito dos cinco "As" de Hirst (2006), que analisa as relações entre os dois países. Para Cervo (2008, p. 36), trata-se da "*ocidentalização* ou *americanização*" da política exterior brasileira.

A política americanista, no entanto, comportava matizes. Duas eram as suas vertentes: o americanismo ideológico e o americanismo pragmático. Essas orientações distintas estiveram presentes, simultaneamente, na presidência de Eurico Dutra, sendo representadas, respectivamente, por João Neves da Fontoura e Oswaldo Aranha.

Assimilando as divisões ideológicas, Fontoura, o primeiro chanceler de Dutra, acreditava que o conflito Leste/Oeste representava, para o Brasil, a "defesa da civilização cristã continental contra o totalitarismo comunista" (SILVA, 1995, p. 108). Além disso, supunha que a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial teria conferido ao país uma ascensão na hierarquia internacional, acima dos outros países da América Latina. Igualmente, pelo apoio militar conferido

aos Estados Unidos, acreditava que havia uma "relação especial" entre este país e o Brasil. No pós-guerra, esperava que a condição de "aliado especial" se convertesse em dividendos (VIZENTINI, 2013). Em termos conceituais, Silva (1995) identifica, no discurso de Fontoura, a passagem da "solidariedade continental" para o "sistema continental". A este grupo também pertenceu o segundo chanceler de Dutra, Raul Fernandes, nomeado ministro das Relações Exteriores, em 07 de dezembro de 1946.

Em lado oposto do americanismo, encontrava-se Oswaldo Aranha. Embora tivesse sido embaixador em Washington e fosse considerado por Moura (1991a, p. 62) como “campeão da causa americana”, Oswaldo Aranha contestava o alinhamento incondicional aos Estados Unidos. Assim, defendia um americanismo que conciliasse "boas relações e autonomia" (VIGEVANI; OLIVEIRA, 2007, p. 67). Para Silva (1995, p. 107), "o americanismo de Oswaldo Aranha comportava crenças tanto normativas quanto pragmáticas, podendo ser considerado como uma espécie de síntese bem equilibrada das concepções de Rio Branco e [Joaquim] Nabuco".

A sua oposição ao alinhamento incondicional era baseada em duas razões: o prestígio nacional e a conjuntura internacional.

Ao lado dos adeptos da vertente ideológica do americanismo, Oswaldo Aranha também acreditava que o Brasil tinha saído da Segunda Guerra em situação de maior respeito internacional e que ao país estava aberto o caminho para se tornar uma grande potência, devido às possibilidades econômicas e aos recursos naturais e demográficos (SILVA, 1995). Oswaldo Aranha, no entanto, divergia quanto à conclusão que aqueles chegaram em relação a essa nova situação. Para Aranha, o resultado que se seguiria ao alinhamento seria justamente o oposto, a desconstrução desse novo capital político internacional.

Uma leitura diferente da conjuntura internacional também contribuiu para que Oswaldo Aranha se opusesse ao alinhamento. A divisão do mundo imposta pela "cortina de ferro", vislumbrada por Churchill, impunha aos Estados Unidos um novo lugar na política internacional. Juntamente com a União Soviética, compunham o grupo das superpotências. A cada uma delas estava reservada uma parte do mundo. Nesse contexto, as preocupações dos Estados Unidos tornaram-se definitivamente globais, o que implicava uma perda relativa de importância da América Latina para a política externa norte-americana. Essa perda tornou-se ainda maior pela percepção de que a América Latina seria um domínio incontestável e pela necessidade premente de reconstruir a Europa Ocidental. Por isso, para Oswaldo Aranha, a condição de "aliado preferencial na América Latina não existia. O interesse norte-americano agora estava voltado para a Europa, que se reconstruía, tornando-se palco da disputa pela hegemonia mundial" (ARANHA apud VIZENTINI, 2009, p. 60-61).

A história rendeu homenagens à análise de Oswaldo Aranha, em detrimento das expectativas dos americanistas ideológicos. Em 1947, com o anúncio do Plano Marshall, as nações latino-americanas esperavam, ainda mais confiantes, ajuda econômica dos Estados Unidos. A decepção veio logo em seguida, em 1948, na IX Conferência Pan-americana. Em Bogotá, Marshall anunciou um aumento de apenas US\$ 500 milhões no capital do *Export-Import Bank* (VILLAFANE, 2005). Desse modo, "entre 1945 e 1952, as vinte nações americanas, em conjunto, receberam menos ajuda econômica dos Estados Unidos do que a Bélgica ou o insignificante Luxemburgo" (RABE, 1998 apud VILLAFANE, 2005, p. 195). Por esse motivo, Moura (1991a) caracterizou a política externa de Dutra como "alinhamento sem recompensas".

Além da expectativa de benefícios econômicos que adviriam da condição de "aliado especial", outro motivo fundamentava o alinhamento aos Estados Unidos verificado no governo Dutra: a ideia da "inevitabilidade de uma nova guerra" (ALTEMANI, 2005, p. 65). A ascensão da União Soviética, a emergência da Guerra Fria e a retórica belicista que esta assumia levaram à crença de que uma Terceira Guerra Mundial se aproximava. Era preciso, então, abrigar-se sob a defesa da superpotência ocidental. Mais uma vez, Oswaldo Aranha mostrou-se mais habilidoso na leitura da política internacional, visto que não acreditava na possibilidade imediata de outra guerra (ALTEMANI, 2005).

Por fim, saliente-se que a contestação ao alinhamento ideológico não impedia Oswaldo Aranha de defender a aliança com os Estados Unidos. Para ele, o "Brasil deveria estar do lado norte-americano, porém consciente da real natureza das disputas internacionais. Deveria apoiar os Estados Unidos, mas com discrição e sem servidão" (ARANHA apud ALTEMANI, 2005, p. 64-5).

Conclui-se, pelo exposto, que, quanto ao relacionamento com os Estados Unidos, Oswaldo Aranha reconhecia a importância desse país, mas condenava o alinhamento imediato, que desconstruía o capital político acumulado pelo Brasil por sua participação na Segunda Guerra Mundial.

2. A ruptura das relações diplomáticas com a União Soviética

Em 16 de janeiro de 1947, com o falecimento do embaixador Leão Velloso, ficou vaga a chefia da delegação brasileira para a sessão do Conselho de Segurança da ONU. A escolha de um novo nome se fazia premente, tendo em vista que ao Brasil caberia a presidência rotativa desse órgão em fevereiro.

Nessa época, Oswaldo Aranha estava nos Estados Unidos, pois fora convidado para participar de um congresso patrocinado pelo *Council of World Affairs* e pela revista *Time* (HILTON, 1994). Seu nome, então, foi sugerido pelo chanceler Raul Fernandes ao presidente Dutra. Assim, em 1º de fevereiro de 1947, Oswaldo Aranha foi nomeado. Essa escolha, no entanto, mostrou-se

surpreendente por dois motivos. Primeiro, tanto no Itamaraty quanto na ONU, imaginava-se que o escolhido seria o embaixador Cyro de Freitas Valle (CAMARGO; ARAÚJO; SIMONSEN, 1996), que ajudara a escrever a Carta de São Francisco. Segundo, entre Aranha e Dutra, havia uma "irredutível antipatia" decorrente tanto de completa oposição de temperamentos e personalidades quanto [...] de uma visão política diferente da realidade interna e dos acontecimentos internacionais" (CAMARGO; ARAÚJO; SIMONSEN, 1996, p. 327). Não à toa, Oswaldo Aranha manifestara apoio à candidatura de Eduardo Gomes na campanha presidencial vencida por Dutra (LOCHERY, 2015).

Terminada a reunião do Conselho de Segurança, foi convocada uma Sessão Extraordinária. Seu objetivo era preparar um relatório sobre a questão da Palestina a ser apresentado à Assembleia Geral. Para presidir essa Sessão Extraordinária, foi eleito Oswaldo Aranha. Posteriormente, em 16 de setembro de 1947, iniciou-se a 2ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Sua reunião plenária inaugural também foi presidida, em caráter temporário, por Oswaldo Aranha, uma vez que havia sido o dirigente da sessão anterior. Finalmente, no mesmo dia da plenária inaugural, foi eleito presidente definitivo da 2ª Assembleia Geral, sem o voto da própria delegação brasileira (MENDES, 2012). Segundo Camargo, Araújo e Simonsen (1996, p. 336), o Itamaraty "temia que [a reeleição de Oswaldo Aranha] pudesse prejudicar o ingresso do Brasil no Conselho Econômico e Social".

Durante a 2ª Assembleia Geral, em dois episódios, notadamente, o pensamento diplomático de Oswaldo Aranha divergiu do posicionamento oficial do Itamaraty (WASSERMAN, 2010). O primeiro foi a oposição de Oswaldo Aranha ao rompimento de relações diplomáticas com a União Soviética (CASTRO, 1993). O segundo episódio foi a questão do ingresso da República Popular da China na ONU, o que será analisado na próxima seção do artigo.

A justificativa para a ruptura das relações diplomáticas com a União Soviética deve ser procurada mais na política doméstica do que no alinhamento aos Estados Unidos (BACIGALUPO, 2000), país que, além de não ter rompido relações diplomáticas com a União Soviética, tentou demover o Brasil de fazê-lo (HILTON, 1994, p. 451-2). Segundo Motta (2007, p. 236), "o sentimento anticomunista estava ativo e bem assentado nos valores das elites e das classes médias" brasileiras. Assim, a ascensão do Partido Comunista do Brasil e a emergência da Guerra Fria, juntamente com "a tradicional postura anticomunista sempre existente no Brasil, intensificaram não apenas o discurso de ataques aos comunistas como ações políticas efetivas para o desaparecimento destes do cenário nacional" (MENDES, 2012, p. 117). Desse modo, pode-se traçar uma sucessão de eventos que culminaram com a ruptura de relações. Analisando essa sequência, Rezende (2006) cita a Lei Agamenon Magalhães, de 1945; o Decreto-Lei nº 8063, de 1946; o fechamento, em 1947, da Juventude Comunista; e o cancelamento, em 1947, do registro do Partido Comunista do Brasil (PCB) pelo Superior Tribunal Eleitoral. Por oportuno, registre-se que o governo Dutra já planejava

proscreever o PCB, ao que Oswaldo Aranha se opunha. Segundo Hilton (1994, p. 447), "achando que o Partido criaria ainda maiores problemas na clandestinidade, Aranha, antes de partir [para os Estados Unidos], conversou com Dutra, instando-o a não dar esse passo".

Em reação ao fechamento do PCB, a imprensa soviética condenou a atitude do governo brasileiro e a postura das Forças Armadas (BUENO; CERVO, 2008). O Brasil, então, exigiu retratação do governo soviético, por considerá-lo autor do ataque, uma vez que a imprensa local era controlada pelo Estado. Segundo Hilton (1994), Dutra esperava apenas um pretexto para o rompimento. Isso foi fornecido pela recusa soviética em retratar-se e pela troca de ofensas que se seguiu. Assim, em 20 de outubro de 1947, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a União Soviética.

Além de não ter sido consultado sobre a decisão, Oswaldo Aranha foi citado na nota de ruptura. Entre as justificativas oficiais para o rompimento das relações diplomáticas, estava a defesa de Oswaldo Aranha, que, segundo a nota, havia sido "grosseiramente atacado pela imprensa moscovita" (CAMARGO; ARAÚJO; SIMONSEN, 1996, p. 342). A situação produziu desagrado em Oswaldo Aranha, por acreditar que havia entrado "na nota como Pilatos no credo" (ARANHA apud CAMARGO; ARAÚJO; SIMONSEN, 1996, p. 342).

Além disso, sua opinião era de que o Brasil havia cometido um sério equívoco e que, com isso, estava minando o capital político internacional que acumulara. O parecer de Oswaldo Aranha era pragmático, "não quero dizer que a Rússia merecesse a nossa amizade. [...] Tendo cortado relações com o colosso das estepes, a influência do país não seria a mesma, [...] não terão mais a autoridade da isenção e da imparcialidade" (ARANHA apud HILTON, 1994, p. 453). Igualmente, a ruptura "de modo algum contribuiria para aumentar o poder de barganha em face dos Estados Unidos" (ARANHA apud HILTON, 1994, p. 453).

A utilização da figura de Oswaldo Aranha, para embasar a ruptura, não deixava de apresentar grande ironia. Por um lado, a imprensa soviética considerava-o "um dos mais ardentes servidores da vontade do Departamento de Estado" (HILTON, 1994, p. 448), embora Oswaldo Aranha fosse vigorosamente contra esse rompimento. Por outro, em virtude de sua posição no imbróglio em torno da votação da Ucrânia para o Conselho de Segurança, Oswaldo Aranha era acusado de "russófilo" pelo Itamaraty (REZENDE, 2006), embora seu voto estivesse de acordo com o solicitado pelo secretário de Estado Marshall.

Dessa forma, conclui-se que o rompimento de relações diplomáticas com a União Soviética era percebido como erro político por Oswaldo Aranha. Nesse sentido, como nem os Estados Unidos romperam relações com os soviéticos, o Brasil estava sendo "mais realista que o rei". Bandeira (1973, p. 312) descreveu essa situação em termos mais contundentes, "sem responsabilidade nas decisões sobre o mundo, o Brasil tendia a agir de modo mais radical e intransigente, como um servo

que se digladia, enquanto o senhor discute com o adversário”. Contra essa postura, Oswaldo Aranha se insurgia.

3. O ingresso da República Popular da China na ONU

O segundo episódio citado por Wasserman (2010) em que divergiram o posicionamento oficial do Itamaraty e o pensamento diplomático de Oswaldo Aranha foi a questão da representação chinesa na ONU.

De acordo com Tan (1971), a posição importante na ONU atribuída à China decorreu do esforço de guerra empregado por esse país contra o Japão. Para Tan (1971), esse esforço foi contínuo desde 1931, resultando em significativas perdas humanas (3,25 milhões de militares e entre 9,75 e 13 milhões de civis) e materiais (mais de US\$ 58 bilhões). Além de contínuo, esse esforço foi solitário até dezembro de 1941, quando os Estados Unidos entraram na guerra, após o ataque japonês a Pearl Harbor. Posteriormente, em novembro de 1943, na Conferência do Cairo, os chefes de Estado dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da China acordaram a devolução à China dos territórios ocupados pelo Japão. Finalmente, em 1945, à "República da China" foi garantido um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, conforme o artigo 23 da Carta de São Francisco.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se a guerra civil na China. Com o fim da ameaça japonesa, nacionalistas e comunistas encaminharam-se para o embate (MORENO, 1995), cujo primeiro conflito aberto foi em abril de 1946, na Manchúria. Em julho, a guerra tornou-se efetiva, com a criação do Exército de Libertação do Povo. O governo nacionalista de Jiang Jieshi contava com o apoio dos Estados Unidos, que "pressionavam pela manutenção do *status quo*" (MORENO, 1995, p. 42). Para os norte-americanos, a China constituía, após a Segunda Guerra, sua base de poder regional na Ásia (PAUTASSO, 2006). Apesar do apoio estrangeiro, no entanto, Jiang Jieshi foi perdendo a governabilidade do país e o apoio da população, como demonstrou a criação, em 1946, da Liga Democrática. Finalmente, em 1º de outubro de 1949, foi proclamada a República Popular da China. Para Moreno (1995, p. 44-5), "a revolução fora possível por causa da crise, nacional e social, que acometia os chineses há mais de um século e que, em sua última etapa, se manifestou pela deterioração das condições de vida do campesinato e pela intervenção japonesa".

No Brasil, esses movimentos eram acompanhados sob a ótica da Guerra Fria. Afinal, nessa época, o governo empreendia uma cruzada anticomunista (BASTOS, 2010) interna e externamente, em nome dos valores ocidentais. Um gesto que pode ser interpretado como sinal de apoio ao governo Jiang Jieshi é a assinatura, em 1948, do Decreto Legislativo nº 8, que ratificava um Convênio Cultural firmado entre o Brasil e a República da China, em 1946. Segundo o preâmbulo desse Convênio, os dois países reconhecem "as vantagens que podem advir de uma maior

aproximação espiritual" (SENADO FEDERAL, 1974, p. 128). Não à toa, o Brasil não reconheceu a República Popular da China após a revolução comunista (RAMOS, 2006), fechando a embaixada e o consulado (BUENO; CERVO, 2008). Esse reconhecimento só ocorreu em 1974, durante a presidência de Ernesto Geisel, sob a chancelaria de Azeredo da Silveira (RAMOS, 2006).

Assim, "quando se colocou a questão da admissão da China Popular, o representante brasileiro, Oswaldo Aranha seguiu o voto norte-americano, embora contrafeito e sem fazer defesa em plenário, pois, pessoalmente, era favorável ao reconhecimento da China Popular e ao seu ingresso na ONU" (BUENO; CERVO, 2008, p. 272-3). Para Oswaldo Aranha, "a China de Chiang-Kai-Shek (*sic*) é, apenas, uma ficção da diplomacia norte-americana" (ARANHA apud ALENCASTRE, 1961, p. 44). Posteriormente, em 1950, seu parecer foi o mesmo, "não posso justificar a intransigência dos que querem manter na ONU um governo que não se pôde manter no seu país" (ARANHA apud HILTON, 1994, p. 462).

Conclui-se, desse modo, que, no tocante à relação com a China Comunista, Oswaldo Aranha privilegiou o princípio do governo de fato, advogando, assim, a necessidade de se reconhecer a RPC na ONU, uma vez que eram os comunistas que governavam o país.

4. A política brasileira para a África

Em outros dois momentos, verifica-se que o pensamento diplomático de Oswaldo Aranha e o posicionamento oficial do Itamaraty estavam em desacordo. Ambos os episódios se inserem no quadro cronológico da presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1960), cuja política externa foi caracterizada por "avanços e recuos" (MOURA, 1991b). Um dos "recuos", segundo a tipologia adotada pelo embaixador Gerson Moura, foi a permanência do apoio, mesmo que implícito, do Brasil ao colonialismo português. Outro "reco" correspondeu à ausência de relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o que será analisado na seção seguinte.

Em 1956, Oswaldo Aranha foi convidado para integrar a delegação brasileira na Assembleia Geral. Recusou. Já em 1957, aceitou, quando o convite foi renovado (CAMARGO; ARAÚJO; SIMONSEN, 1996, p. 358). As instruções que levava do ministro das Relações Exteriores, Macedo Soares, eram defender mais auxílio financeiro e técnico, ter uma posição de liderança no bloco latino-americano e apoiar os Estados Unidos nas questões de relevância para a defesa do mundo ocidental (HILTON, 1994). Quanto à temática do mundo colonial, as instruções do chanceler eram claras, não "votaremos a favor de quaisquer medidas, no setor colonial, que possam traduzir-se num enfraquecimento sensível da coligação ocidental" (SOARES apud HILTON, 1994, p. 484). Assim, o Brasil manteria seu apoio à política colonialista portuguesa, em conformidade com o Tratado de Amizade e Cooperação de 1953, que representava a aceitação da "ficção de 'províncias

ultramarinas' sustentada pelo governo de Lisboa" (CAMARGO; ARAÚJO; SIMONSEN, 1996, p. 364).

A última diretiva é reveladora da importância que ganhava, no cenário internacional, o tema da descolonização. O período de coexistência pacífica na Guerra Fria permitira uma flexibilização da ordem bipolar (SARAIVA, 2008). Aproveitando essa brecha e motivados tanto pelo princípio da autodeterminação dos povos (art. 2º, Carta da ONU) e quanto pela decadência das colônias europeias, lideranças afro-asiáticas lançaram movimentos nacionalistas. Ilustrativamente, em 1955, realizou-se a Conferência de Bandung, da qual foi observador o diplomata brasileiro Adolpho Justo Bezerra de Menezes e participaram 29 nações afro-asiáticas (SARAIVA, 2008). Era, então, lançada uma nova plataforma política, informada pelos princípios "do não alinhamento, do respeito mútuo, da não agressão, da não ingerência nos negócios domésticos alheios, da igualdade recíproca, da coexistência pacífica e da condenação vigorosa a todos os colonialismos" (LESSA, 2000, p. 25-6). Na ONU, esse movimento refletiu-se no acréscimo da quantidade de membros, que passou de 51, em 1945, para 76, em 1955 (LOPES, 2011).

Para Oswaldo Aranha, a manutenção do apoio ao colonialismo era um grave erro (HILTON, 1994). Mais do que isso, era contrária "à nossa formação, às nossas tradições e em conflito até com sentimentos humanos" (ARANHA apud CAMARGO; ARAÚJO; SIMONSEN, 1996, p. 364). Segundo Oswaldo Aranha, tinha sido criado "um estado de espírito mundial em favor da libertação dos povos ainda escravizados [...] e o Brasil não poderia contrariar essa corrente, sem comprometer seu prestígio internacional e até sua posição continental" (ARANHA apud HILTON, 1994, p. 485). Insistiu Oswaldo Aranha, "se mantivermos essas atitudes contrárias a nós mesmos, será mais difícil ao Brasil conquistar novas posições e até manter as antigas" (ARANHA apud CAMARGO; ARAÚJO; SIMONSEN, 1996, p. 364). Aconselhou, então, a revisão da política brasileira frente ao colonialismo. Assim, Oswaldo Aranha, segundo Saraiva (1996, p. 43), filiava-se aos "partidários, na segunda metade dos anos 1950, de um novo *rapprochement* para a África".

Cumprido ressaltar que Oswaldo Aranha era "essencialmente pragmático" (ALMEIDA; ARAÚJO, 2013, p. 697). Desse modo, além da defesa à tradição brasileira de apoiar "os povos que lutavam pela liberdade" (ALENCASTRE, 1961, p. 79), Oswaldo Aranha acrescentava uma justificativa embasada em nossos interesses materiais para uma nova política para o mundo afro-asiático. Afirmava que a libertação desses povos "terminaria com a mão de obra escrava e possibilitaria o desaparecimento dessa concorrência desleal que os colonialistas conseguiram estabelecer com os produtos latino-americanos" (ARANHA apud ALENCASTRE, 1961, p. 79).

As ponderações de Oswaldo Aranha e de vários outros, como Adolpho Justo Bezerra de Menezes e Álvaro Lins, no entanto, não produziram alterações relevantes na orientação frente ao colonialismo português. A primeira mudança significativa nesse sentido só ocorreu em 16 julho de

1974, com o reconhecimento do governo brasileiro à independência da Guiné-Bissau (LESSA; PENNA FILHO, 2007).

Dessa forma, conclui-se que Oswaldo Aranha propunha uma nova política para o continente africano, sob justificativas econômicas, morais e de prestígio nacional. Assim, ecoava no Brasil o movimento de descolonização afro-asiático. A política exterior de Juscelino Kubitschek, no entanto, não superou a "hipoteca portuguesa", mostrando-se contraditória, pois, apesar de ter adotado o "princípio da autodeterminação, [...] não assumiu uma atitude de veemente condenação do colonialismo. Em relação a Portugal, desenvolveu [...] uma política de aproximação e favorável a esse país na ONU" (BUENO; CERVO, 2008, p. 301).

5. O reestabelecimento das relações comerciais soviético-brasileiras

No outro "recuo" (MOURA, 1991b) – a ausência de relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas –, a atuação brasileira ficou a meio caminho. Avançou, pois, em 1959, estabeleceu relações comerciais com o referido país. Recuou, uma vez que hesitou em conferir maior densidade a essa relação.

Como mencionado, na época em que Oswaldo Aranha voltou à ONU, em 1957, a Guerra Fria encontrava-se no estágio que se convencionou chamar de coexistência pacífica (SARAIVA, 2008). É possível vislumbrar uma manifestação dessa fase na própria Assembleia Geral, que, no dia 14 de dezembro de 1957, aprovou unanimemente a Resolução 1236, recomendando "manter relações pacíficas e de boa vizinhança entre os Estados, quaisquer que sejam suas divergências e o grau e a natureza de seu desenvolvimento político, econômico e social" (CAMARGO; ARAÚJO; SIMONSEN, 1996, p. 365). Convidado a se manifestar sobre a resolução, Oswaldo Aranha disse que ela abria a possibilidade ao Brasil "de restabelecer relações diplomáticas com as nações com as quais rompera" (ARANHA apud CAMARGO; ARAÚJO; SIMONSEN, 1996, p. 365).

Evidentemente, essa manifestação teve grande impacto no Brasil. Afinal, embora sem atribuir nomes, a mensagem de Oswaldo Aranha era clara, era preciso retomar as relações diplomáticas com a União Soviética. Em carta ao presidente Juscelino Kubitschek, o ex-chanceler falou que "tentar ignorar a realidade é o erro dos erros na política internacional. O mundo soviético não está somente na ONU, mas em toda parte, influenciando por vezes, preponderantemente, até nas nossas decisões, do mundo ocidental e dos próprios Estados Unidos" (ARANHA apud HILTON, 1994, p. 486).

Em resumo, encontram-se, nas correspondências de Oswaldo Aranha, três principais argumentos em defesa do reatamento com os soviéticos. O primeiro era referente à política doméstica, pois Oswaldo Aranha sugeriu que o reatamento com Moscou poderia contribuir na atenuação do problema da agitação comunista no Brasil, já que seria "fato notório que ao

estabelecer relações oficiais, abandonam os russos os comunistas locais" (ARANHA apud HILTON, 1994, p. 487). O segundo motivo foi o interesse comercial. Assim, comentou com Juscelino Kubitschek que "o problema nosso não é somente o de conservar mercado, mas o de criar novos [...]. A capacidade de consumo dos soviéticos é crescente e um pequeno comércio, hoje, pode e deve tomar proporções cada vez maiores" (ARANHA apud HILTON, 1994, p. 487). Esse argumento ganhou ainda mais força com a criação do Mercado Comum Europeu, que resultou, para o Brasil, em acesso desigual à economia europeia (BUENO; CERVO, 2008).

O terceiro argumento tratou de uma melhoria nas relações com os Estados Unidos, o que, segundo Hilton (1994, p. 486), foi, para Oswaldo Aranha, a "principal justificativa de um reatamento". Nas palavras de Oswaldo Aranha (apud Hilton, 1994, p. 486), "o reconhecimento desta realidade era o meio que nos restava, [...] para não só alertar os Estados Unidos como conseguir sua cooperação, direta e consciente". Nesse argumento, é possível vislumbrar uma tentativa de reeditar, em alguma medida, a política de barganha da "equidistância pragmática" (MOURA, 1980), de Getúlio Vargas, e, assim, reverter a política de "negligência benigna" dos Estados Unidos para com o Brasil.

Parcialmente, foram atendidas as sugestões dos que solicitavam uma melhoria nas relações com os soviéticos, entre os quais se encontrava Oswaldo Aranha. Em 1959, já na chancelaria de Horácio Lafer, foram restabelecidas, de fato, as relações comerciais entre Brasil e União Soviética (BUENO; CERVO, 2008), uma solução intermediária aventada constantemente. Já desincumbido da função de representante brasileiro na ONU, Oswaldo Aranha, em 1958, em artigo publicado na Revista Brasileira de Política Internacional, manifestou-se sobre essa alternativa. Sua opinião era clara, nomeadamente "admitir-se que, entre os dois governos, possa haver relações oficiais para fins de comércio, sem que haja relações diplomáticas, é um mero artifício de palavras, que não servirá senão para criar uma ficção inútil e disfarçar uma fraqueza da nossa política exterior" (ARANHA, 1958, p. 25). Esse "artifício de palavras" seria corrigido no governo seguinte. Em novembro de 1961, João Goulart restabeleceu as relações diplomáticas com a União Soviética, que não seriam mais rompidas nem com o advento do regime militar no Brasil.

Pelo exposto, conclui-se que Oswaldo Aranha, que nunca fora favorável ao rompimento de relações diplomáticas com a União Soviética, defendeu o restabelecimento dessas. Para ele, tratava-se de reconhecer a realidade e de defender os interesses nacionais (HILTON, 1994), sem qualquer motivação ideológica. Assim, afirmou, "não sou antiamericano e nunca serei pró-russo, mas sou brasileiro" (ARANHA apud CAMARGO; ARAÚJO; SIMONSEN, 1996, p. 365). Destaca-se, assim, sua perspectiva pragmática.

Conclusão

A exposição dos eventos registrados nas seções anteriores cumpre uma dupla função. A primeira é a ajuda à sistematização da atuação internacional, no período posterior a 1945, de um personagem relevante na histórica diplomática nacional, percebido como continuador do pragmatismo, do estatismo e do realismo do Barão do Rio Branco (ALMEIDA; ARAÚJO, 2013). Desse modo, contribui-se para que seja preenchida uma lacuna na historiografia da política externa brasileira.

A segunda função, por sua vez, é o fornecimento de uma variável teste para as chaves interpretativas de Gerson Moura para a política externa dos governos Dutra (1946-1950) e Kubitschek (1956-1960).

Em relação ao primeiro período, a análise do pensamento e da prática diplomática de Oswaldo Aranha impõe a relativização do conceito de "alinhamento sem recompensas" (MOURA, 1991a), especificamente em relação à questão do "alinhamento". Afinal, Oswaldo Aranha opôs-se à ruptura das relações diplomáticas com a União Soviética, defendeu uma posição de maior autonomia do Brasil frente aos Estados Unidos e argumentou favoravelmente ao ingresso da República Popular da China na ONU. Dessa forma, não é desprezível que essas posições tenham sido expressadas pelo representante do Brasil junto à ONU, um dos cargos mais altos na hierarquia do Itamaraty.

É bem verdade, no entanto, que, nessas questões, a posição oficial do Catete foi contrária às ponderações de Oswaldo Aranha. Nesse sentido, o Brasil rompeu relações com a União Soviética, adotou uma postura de replicação das medidas norte-americanas e opôs-se a qualquer ação que importasse algum reconhecimento da RPC, a despeito da argumentação do ex-chanceler. Por essa razão, a análise da atuação de Oswaldo Aranha não desconfirma a interpretação vigente acerca da diplomacia do governo Dutra (1946-1950). Apesar disso, essa análise demonstra que, nos escalões responsáveis pela condução da diplomacia nacional, não havia consenso em relação ao alinhamento.

Essa conclusão também contribui para o preenchimento de lacuna na historiografia da política externa brasileira. Afinal, por meio da investigação dos posicionamentos internacionais de Oswaldo Aranha, demonstra-se que, no interior do governo Dutra (1946-1950), havia atores importantes que contestavam a política externa alinhada aos Estados Unidos. Dessa forma, ajuda-se a explicar como se deu a transição do alinhamento, com Dutra, para a busca de maior autonomia, com Vargas. Assim, personagens como Oswaldo Aranha serviram, ainda no governo Dutra, como pontes para uma revisão posterior da política externa brasileira.

Em relação ao segundo período, seria difícil encontrar alguma conclusão que desabonasse o conceito de "avanços e recuos" (MOURA, 1991b). Para que isso fosse possível, era necessário constatar-se que a política externa de Kubitschek (1956-1960) tivesse sido inteiramente progressista ou completamente retrógrada. Em consequência, dada a virtual impossibilidade de se encontrar

consenso interpretativo acerca de todos os aspectos da política externa de Kubitschek (1956-1960), o conceito de "avanços e recuos" (MOURA, 1991b) é praticamente imune a testes.

De toda forma, a análise do pensamento e da prática diplomática de Oswaldo Aranha ajuda a compreender a tensão entre forças opostas que caracteriza o governo Kubitschek (1956-1960). Desse modo, identifica-se a emergência das forças nacionalistas e anticoloniais no cenário internacionais e o impacto desse fenômeno sobre a diplomacia brasileira. Nesse sentido, demonstra-se que a defesa de uma postura mais progressista frente a esse tema, como o fizera Oswaldo Aranha, era embasada em aspectos pragmáticos e em princípios fundadores da diplomacia brasileira. Por outro lado, registram-se a influência e a importância das forças contrárias a essa postura, que, por conseguinte, resultou prejudicada.

A presente exposição contribui, igualmente, para a análise evolutiva da relação brasileiro-soviética. Quando se comparam os governos Dutra e Kubitschek, identifica-se um percurso gradativo. Com Dutra, houve a ruptura das relações em virtude, essencialmente, das divergências ideológicas internacionais e da estratégia política nacional pelo Brasil. Com Kubitschek, essas divergências continuavam a existir, mas considerações de natureza pragmática, um ambiente internacional mais flexível e um maior respeito à democracia no Brasil permitiram a revisão dessa ruptura completa rumo a uma aproximação comercial. Mais uma vez, personagens como Oswaldo Aranha serviram como pontes entre esses dois pontos. Dessa forma, ajuda-se a compreender como ocorreu esse percurso evolutivo.

Referências

AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS (2015). **Câmara lembra papel de Oswaldo Aranha em sessão de homenagem a Israel**, publicado em Câmara dos Deputados [<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/RELACOES-EXTERIORES/488593-CAMARA-LEMBRA-PAPEL-DE-OSWALDO-ARANHA-EM-SESSAO-DE-HOMENAGEM-A-ISRAEL.html>]. Disponibilidade: 05/11/2015.

ALENCASTRE, Amílcar (1961). **Oswaldo Aranha, o mundo afro-asiático e a paz**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Nap.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; ARAÚJO, João Hermes Pereira de (2013). Oswaldo Aranha: na continuidade do estatismo de rio Branco. In PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). **Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)**. v. 3. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

ALTEMANI, Henrique (2005). **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva.

ARANHA, Oswaldo (1958). Relações diplomáticas com a União Soviética. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, 1 (2): 18-28.

- BACIGALUPO, Graciela (2000). As relações russo-brasileiras no pós-Guerra Fria. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, 43 (2): 59-86.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (1973). **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth (2010). Liberal esclarecido ou aliado fiel? Sobre a natureza da política econômica externa brasileira no governo Dutra (1946-1951). **Economia, Selecta**. Brasília, 11 (4): 285-320.
- BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz (2008). **História da política exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília.
- CAMARGO, Aspásia; ARAÚJO, João Hermes Pereira de; SIMONSEN, Mário Henrique (1996). **Oswaldo Aranha: a estrela da revolução**. São Paulo: Mandarim.
- CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira (1993). As relações oficiais russo-soviéticas com o Brasil (1808-1961). **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, 36 (2): 101-18.
- CERVO, Amado Luiz (2008). **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (2001). **Dicionário Histórico Biográfico-Brasileiro pós-30**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- GONZAGA, André Luís (2008). **A política externa brasileira e a questão Palestina: análise da imprensa e da diplomacia no período de 1945-1951**. Dissertação de Mestrado em História, apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista (Orientador: Prof. Dr. Clodoaldo Bueno).
- HILTON, Stanley (1994). **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva.
- HIRST, Mônica (2006). Os cinco "As" das relações Brasil - Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação. In ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (org.). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. v. 1. São Paulo: Saraiva.
- LESSA, Antônio Carlos (2000). **A Parceria Bloqueada: as relações entre França e Brasil, 1945-2000**. Tese de Doutorado em História apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (Orientador: Prof. Dr. Amado Luiz Cervo).
- LESSA, Antônio Carlos; PENNA FILHO, Pio (2007). O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil. **Revista Estudos Históricas**. Rio de Janeiro, 39.
- LEWIN, Helena, Org. (2009). **Identidade e cidadania: como se expressa o judaísmo brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, publicado em [http://books.scielo.org/id/583jd]. Disponibilidade: 05/11/2015.
- LOCHERY, Neill (2015). **Brasil - os frutos da guerra**. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- LOPES, Dawisson Belém (2011). Organizações internacionais globais: poliarquias, oligarquias competitivas ou hegemonias inclusivas? In **XXXV Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu.

- MENDES, Lilian (2012). Aliança e recompensa: a política de alinhamento do governo Dutra nos primórdios da Guerra Fria no Brasil. **OP SIS**. Catalão12 (2): 106-24.
- MORENO, Julia (1995). **China contemporânea: 1916-1990**. Madrid: Istmo.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá (2007). O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, 13 (2): 227-46.
- MOURA, Gerson (1980). **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- _____. (1991a). **Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- _____. (1991b). Avanços e recuos: a política exterior de JK. In GOMES, Ângela de Castro. (Org.); **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 23-43.
- MROS, Günther Richter (2011). **Origens do paradigma desenvolvimentista: as contribuições de Oswaldo Aranha e dos militares (1931-1935)**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (Orientador: Prof. Dr. Amado Luiz Cervo).
- RABE, Stephen (1998). **Eisenhower and the Latin America: the foreign policy of anticommunism**. North Carolina: University of North Carolina Press.
- RABETTI, Daniel (2015). Oswaldo Aranha: the greatest Brazilian diplomat, publicado em **The Jerusalem Post** [http://www.jpost.com/Blogs/Brazilian-Coffee/Oswaldo-Aranha-the-greatest-brazilian-diplomat-393140]. Disponibilidade: 05/11/2015.
- RAMOS, Danielly Silva (2006). **O Brasil e a República Popular da China: Política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Tese de Doutorado em Relações Internacionais apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (Orientador: Prof. Dr. Amado Luiz Cervo).
- REZENDE, Renato Arruda de (2006). **1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética**. Dissertação de Mestrado em História apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz).
- SANTOS, Norma Breda dos, Org. (2000). **Brasil e Israel: diplomacia e sociedades**. Brasília: Universidade de Brasília.
- SARAIVA, José Flávio Sombra (1996). **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)**. Brasília: Universidade de Brasília.
- SARAIVA, José Flávio Sombra, Org. (2008). **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva.
- SENADO FEDERAL (1974). **Decretos legislativos: volume I (1946-1948)**. Brasília: Senado Federal.

SILVA, Alexandra de Mello e (1995). O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 8 (15): 95-118.

SNETSINGER, John (1974). **Truman, the Jewish vote and the creation of Israel**. Stanford: Hoover Institution Press.

PAUTASSO, Diego (2006). **A China na transição do sistema mundial: suas relações com EUA e Índia**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Orientador: Prof. Marco Aurelio Chaves Cepik).

TAN, S. H (1971). Representation of China in the United Nations. **The American Journal of International Law**. 65 (4) Strategies for World Order: 20-30.

TIME (1947). Well Done! **Revista Time**. New York,50 (24): 40.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; THOMPSON, Timothy (2007). Brazilian foreign policy in the Cardoso Era: the search for autonomy through Integration. **Latin American Perspectives**,34 (5) Brazil under Cardoso: 58-80.

VAÏSSE, Maurice. (1991). Un dialogue de sourds: Les relations nucléaires franco-américaines de 1960. **Relations Internationales**, 68: 407-23.

VILLAFANE, Luís (2005). A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, 48 (2): 185-204.

VIZENTINI, Paulo (2009). **Relações exteriores do Brasil II (1930-1964): o nacionalismo, da Era Vargas à Política Externa Independente**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Vozes.

_____. (2013). **A projeção internacional do Brasil 1930-2012**. Rio de Janeiro: Elsevier.

WASSERMAN, Cláudia (2010). La perspectiva brasileña del desarrollo y de la integración latinoamericana y regional (1945-1964): intelectuales, políticos y diplomacia. **Revista UNVERSSUM**. Talca, 2 (25): 195-213.